

Jorge Vala

ISCTE e Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

PERCEPÇÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NAS  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE GRUPOS HUMANOS

A imigração para a União Europeia, que vem crescendo desde meados dos anos noventa, traz vantagens múltiplas, nomeadamente nos planos do crescimento económico, da natalidade, da

segurança social e da diversidade cultural, mas acarreta também novos desafios nos planos moral, jurídico, económico, bem como no plano das políticas de integração social e de combate à exclusão. Contudo, as percepções públicas sobre este novo fluxo de imigrantes reflectem preocupações e receios e estão, provavelmente, a ter repercussões nas representações sobre a história da Europa, nas narrativas sobre as identidades individuais e colectivas, e até no próprio significado das migrações ou nas crenças sobre a raça, a cultura, a civilização, a diferença. Neste último domínio, estudos extensivos realizados em 1997 e 1999<sup>6</sup> parecem indicar que os cidadãos da União Europeia estão a reagir a este novo processo imigratório reorganizando as suas atitudes e representações sobre os imigrantes e especificamente sobre as pessoas percebidas como de “outra raça, religião ou cultura”, designação usada naqueles estudos, que parece corresponder a categorizações recorrentes na vida quotidiana para designar os imigrantes de países não-europeus, aqueles sobre os quais incide o estigma da diferença.

É no plano das representações sociais que desejaria enunciar alguns eixos de reflexão sobre a forma como estamos a viver o que já designamos como uma “nova vaga” de imigrantes. Estudos que temos desenvolvido sobre as representações sociais que sustentam a relação com grupos sociais racializados ou etnicizados sugerem que essas representações sociais deixaram de estar organizadas pela ideia de raça e de hierarquias raciais para se estruturarem em torno da ideia de cultura e de hierarquias culturais, primeiro, de forma aberta e depois, de forma implícita. Ainda que sem sustentação empírica, gostaria hoje de argumentar em favor da hipótese segundo a qual os eixos estruturantes da ideia de raça estão a regressar à consciência colectiva, proporcionando uma nova representação que provisoriamente poderíamos chamar de “racismo sem raça”. Na segunda parte desta comunicação procurarei levantar algumas hipóteses sobre as consequências desta nova representação para as políticas de integração social dos imigrantes.

### Tópicos para uma descrição das representações sociais sobre as diferenças entre grupos humanos

Como temos descrito em trabalhos anteriores<sup>7</sup>, o discurso académico ou erudito sobre as raças humanas passou para a vida quotidiana e estruturou uma representação social sobre as diferenças entre os humanos. Esta representação social organiza os grupos humanos em hierarquias raciais e integra a ideia de que estes grupos, diferenciados geneticamente, têm ascendências diferentes entre si e comuns dentro de cada grupo. Os grupos humanos não só seriam naturalmente separados, como devem continuar separados, o que implica que não deverá haver casamento, relacionamento sexual ou descendência mútua entre eles. Esta rejeição de parentesco visa

<sup>6</sup> Thalhammer, E., Zucha, V., Enzenhofer, E., Salfinger, B. e Ogris, G. (2001). *Attitudes towards minority groups in the European Union*. Viena: European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia.

Ben Brika, J., Lemaire, G. & Jackson, J. (1997). *Racism and Xenophobia in Europe*. Bruxelas: Comissão Europeia.

<sup>7</sup> Vala, J., Lopes, D., Lima, M. & Brito, R. (in press). *Cultural Differences and hetero-ethnicization in Portugal: the perceptions of black and white people*. *Portuguese Journal of Social Sciences*, 2.

Vala, J., Brito, R. e Lopes, D. (1999) *Expressões dos racismos em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.



preservar a pureza e a natureza de cada grupo e, nomeadamente, a superioridade de um grupo relativamente a outro. Quando transposta para a avaliação de grupos de imigrantes percebidos como racialmente diferentes, esta representação social integrou duas novas crenças: esses imigrantes de "raça" diferente, dada a sua "inferioridade genética", seriam propensos ao crime, o que faria deles uma ameaça à segurança, ao mesmo tempo que tornaria injusto o seu acesso ao emprego e à protecção social que receberiam nos países de acolhimento. Estas crenças racistas permanecem. Por exemplo, em 1997, de acordo com o estudo já citado, 38% dos europeus ainda afirmavam ser para eles difícil aceitar ter descendentes de membros de grupos percebidos como racialmente diferentes. Mas, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, estas crenças têm vindo a tornar-se anti-normativas.

Uma vez ilegítimada a ideia de raça, que nova representação social sobre as diferenças entre grupos humanos emergiu, de forma a justificar o preconceito e os comportamentos quotidianos e institucionais de discriminação contra pessoas diferentes na cor da pele ou noutras características fenotípicas? De facto, como explicar a persistência do racismo em sociedades formalmente anti-racistas?

Nos trabalhos já citados, temos proposto a hipótese de que as teorias raciais foram substituídas por teorias sobre as diferenças entre grupos humanos assentes em critérios de classificação cultural.

Para compreendermos as novas teorias de senso comum sobre a classificação dos humanos com base em critérios culturais, devemos lembrar que também as ciências sociais substituíram o conceito de raça por novas tipologias baseadas nos conceitos de cultura e de etnia, recebendo cada grupo de humanos, ao qual é apontado uma especificidade cultural própria, um rótulo cultural e um inventário de características que o diferencia de outros grupos. Seguindo uma hipótese mais geral da teoria das representações sociais, propomos que esta lógica taxonómica e hierarquizante, produzida no interior das ciências sociais (e que, de qualquer forma, suscitou o entendimento da diversidade de normas e valores, da heterogeneidade e da riqueza que representa a diferença), foi apropriada, transformada e difundida pelos media, passou para as conversas quotidianas e tem vindo a estruturar uma nova representação social sobre as diferenças entre os grupos humanos. Esta representação inclui a ideia de hierarquia cultural, a ideia de categorias culturais distintas e exclusivas, e a ideia de quase impossibilidade de mudança dessas categorias. Desta forma, imigrantes de outros quadrantes culturais representam um peso, pela sua dificuldade de adaptação, e uma ameaça, pois podem contaminar a cultura dominante, como uma raça inferior pode contaminar uma raça superior.

A representação social de base cultural e a representação social de base racial assemelham-se numa série de aspectos. Em ambas, o referente que permite a comparação é o homem branco. Ambas hierarquizam os grupos humanos. Ambas essencializam as diferenças: uma é sustentada pelo

essencialismo cultural (as tradições de um grupo geram uma essência) e corresponde ao processo de etnicização, a outra pelo essencialismo biológico (a cultura e os padrões de comportamento têm subjacentes diferenças biológicas) e corresponde ao processo de racialização de grupos. Ambas, ainda, associam as identidades a categorias primordiais, fundadoras e legitimadoras da diferença.

A norma anti-racista acabou por se estender à expressão aberta desta representação social, nomeadamente no que toca ao eixo que defende as hierarquias culturais ou de civilização. Temos, então, defendido a hipótese, com base numa série de estudos empíricos, de que a etnicização das minorias, a sua inferiorização cultural, far-se-ia hoje de forma velada, através da simples acentuação das diferenças culturais.

Este percurso no campo das representações não corresponde a uma “deslegitimação” da discriminação na vida quotidiana ou nas instituições sociais. Pelo contrário, estas novas representações continuam a justificar a discriminação.

Em resumo, a representação social sobre as diferenças entre grupos humanos, na nossa historia recente, mudou os seus eixos organizadores – da centralidade da ideia de raça, passámos à centralidade da ideia de cultura. Abandonámos a ideia de hierarquia racial, porque anti-normativa, e, para dar sentido à diversidade percebida no comportamentos dos grupos, substituímos a ideia de raça pela ideia de cultura e situámos os grupos humanos ao longo de uma hierarquia cultural. Tornada, por sua vez, anti-normativa, a ideia de hierarquia cultural passou a exprimir-se, num grande número de casos, como atestam as nossas pesquisas, através da simples acentuação das diferenças culturais, que não serão apenas percepções e descrições, mas avaliações inferiorizantes.

Estarão estas representações sociais em transformação?

As percepções em construção sobre a imigração para a UE, e sobre os acontecimentos que a envolvem, directa ou indirectamente, estarão a suscitar transformações nas representações que descrevemos? Esta pergunta suscita um conjunto de hipóteses que passamos a enunciar.

### Uma vaga de imigrantes

A comunicação social tem veiculado o cenário prospectivo de agências internacionais e do próprio EUROSTAT, segundo o qual a União Europeia deverá receber quarenta milhões de novos imigrantes nos próximos quarenta anos. Estes números são percebidos como assustadores e geram a percepção de que a UE vai ficar submersa por uma enorme onda, por uma enorme vaga de não-europeus. Estaríamos, assim, perante um novo tipo de invasão, perante um cerco que implica a necessidade de erguer novas fortalezas.



Esta ideia de vaga e cerco pode ainda trazer em si o sentimento de ameaça demográfica ao nível colectivo – a população europeia seria substituída por populações fenotipicamente e culturalmente diferentes. No plano pessoal, a ideia de vaga representa igualmente um risco de contaminação racial e, conseqüentemente, o medo da impureza da descendência, ideia central no racismo tradicional, como referimos atrás. Por exemplo, em 1996, 46% dos portugueses da região de Lisboa diziam-se incomodados com a ideia de poderem ter netos negros<sup>8</sup>. As perguntas que muitas pessoas se colocam poderão ser estas: qual será o rosto da minha descendência? Qual será o futuro rosto do meu país? A *Newsweek*, no Verão de 2001, apresentava como rosto da nova Europa o rosto de uma pessoa com origem indiana.

As pessoas poderão interrogar-se, como se interrogam as lideranças políticas, se será possível integrar tantos imigrantes. De facto, o senso comum já assimilou a crença da inevitabilidade dos ciclos económicos – expansão, recessão. No quadro desta crença, outras perguntas poderão surgir: ainda que hoje possamos dar trabalho a estes novos imigrantes, o que ocorrerá numa situação de clara recessão? Haverá emprego para todos? Qual o impacto da imigração nos salários? A ideia de associação entre imigração e ameaça ao emprego pode estar a voltar. Cerca de 63% dos europeus pensa que os imigrantes “contribuem para aumentar o desemprego” e 50% consideram que “não trazem benefícios para o país” e que “o país estaria melhor sem eles”.

### Uma imigração apenas motivada por factores exógenos

Se olharmos para os discursos institucionais e para a sua repercussão nos *media*, verificamos que a imigração é descrita como sendo motivada apenas por factores exógenos à UE. Seria uma imigração apenas motivada por razões políticas (asilo) ou por razões económicas externas à UE. Os países europeus não teriam necessidade de novos imigrantes para tornar a sua economia mais competitiva e dinâmica, para assegurar o modelo de segurança social, para regularizar o crescimento populacional. Quando recebem imigrantes, os europeus estariam apenas a prestar auxílio, a mostrar piedade para com pessoas de outros países que por dificuldades estruturais, individuais ou colectivas, não conseguem organizar a economia dos seus países de forma a garantir um mínimo de bem-estar aos cidadãos.

Na nossa hipótese, a metaforização da imigração como vaga e a sua exclusiva associação a factores exógenos vem reactivar a ideia de uma inferioridade estrutural dos povos não-europeus. Por exemplo, o facto de os países africanos serem descritos como estando pior economicamente hoje do que há trinta anos, será muito provavelmente atribuído à inferioridade estrutural desses povos e à sua incapacidade de progredir sem o suporte colonial. Estas percepções reactivariam uma outra das crenças racistas – a existência de uma hierarquia intelectual nos grupos humanos.

<sup>8</sup> Dados da pesquisa citada na nota 2.

## Imigração é igual a insegurança

A nossa terceira hipótese é a de que as instâncias institucionais e os *media* têm contribuído para a estruturação de uma triangulação simbólica entre imigração, insegurança e asilo. Esta associação tem-se solidificado a partir do Conselho Europeu de Tampere. Independentemente dos objectivos dessa reunião e das orientações aí tomadas, se analisarmos a imprensa nacional de Outubro de 1999, deparamos com a ideia de que a Europa necessita de se proteger, de garantir a sua segurança e de que as questões da imigração e do asilo estão no centro das preocupações por uma União Europeia segura. Foi também esta a mensagem do Conselho Europeu de Sevilha.

Ainda em Março deste ano, um jornal português titulava: “*Gangs* de Lisboa atacam polícia com *cocktails Molotov*”, seguido de: “6500 jovens referenciados em bandos violentos”. Estes jovens seriam negros. Segundo o estudo europeu de 1999, já referido, cerca de 45% dos cidadãos da UE acham que as pessoas de “outra raça, religião ou cultura contribuem para aumentar a insegurança”, e 60% consideram que essas mesmas pessoas “abusam da segurança social”.

### O 11 de Setembro

Os acontecimentos que referimos estão directamente relacionados com a imigração e as suas percepções. Porém, em nosso entender, uma reflexão, hoje, sobre xenofobia, racismo e imigração não pode deixar de questionar os impactos possíveis das representações sobre o 11 de Setembro no imaginário associado àqueles problemas. Verdade ou não, um certo número de relatos indicam que foi nas mesquitas de Londres e Hamburgo que se reuniram alguns dos autores daquele terrível atentado.

Os acontecimentos do 11 de Setembro e aqueles que se lhe têm seguido reactivaram a pertinência explicativa da ideia de civilização, de hierarquia de civilizações, e legitimaram a ideia de guerra entre civilizações, de luta contra os infiéis. No caso da Europa, esses acontecimentos reintroduziram a ideia de uma matriz ancestral europeia comum – uma matriz religiosa cristã, como reclamaram os líderes do Partido Popular Europeu e, mais recentemente, João Paulo II, na sua visita ao Parlamento italiano.

As reflexões quotidianas sobre estes acontecimentos manifestam a percepção de ameaça à identidade cultural europeia. Provavelmente, sentir-se-à hoje menos medo da diferença do que da assimilação. Medo de que, ao assimilarem-se, “eles” possam contaminar a nossa identidade, apropriando-se dos nossos símbolos e valores, e medo de que a possam contaminar introduzindo no núcleo do protótipo dessa mesma identidade os símbolos e os valores que tornaram a sua história uma história de insucesso<sup>9</sup>. Este discurso não é implícito, é público. Pim Fortuyn disse-o, e ganhou com isso 17% dos votos na Holanda.

<sup>9</sup> Ver a discussão da pesquisa de: Lima, M. e Vala, J. (2002) Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social*, 37, 181-207.



Serão estes acontecimentos capazes de suscitar movimentos de atracção, exclusão e assimilação entre representações como Durkheim propôs que estudássemos? Pensamos que sim.

Os tópicos que descrevemos levam-nos a propor que a ideia de hierarquia cultural já não é, hoje, socialmente anti-normativa, que é um organizador forte das representações sobre a diversidade entre os grupos humanos e que integra elementos da representação racial, tais como o medo de contaminação ou da bastardização, o sentimento de inferioridade estrutural do outro e o sentimento de insegurança suscitado pela sua presença. Um retorno do racismo sem raça.

Poderão estas crenças repercutir-se nas atitudes face às políticas de integração? As políticas de integração cultural podem ser tipificadas em quatro grandes tipos de ideologias de integração<sup>10</sup>: o pluralismo ideológico, a ideologia cívica, a ideologia assimilacionista e o etnismo. Todas estas posições têm em comum o facto de proporem que os imigrantes devem respeitar e adoptar os valores públicos que constituem os valores centrais da sociedade de acolhimento (a legislação, os ideais democráticos, os direitos humanos, etc.). O que distingue a ideologia cívica da ideologia pluralista é o facto de a primeira propor que o Estado respeite os valores privados dos imigrantes, permita a sua expressão pública, mas não a estimule ou apoie, enquanto que a ideologia pluralista propõe que o Estado apoie socialmente e contribua financeiramente para a expressão dos valores privados dos imigrantes (língua, actividades religiosas, culturais, etc.). A ideologia assimilacionista propõe que os imigrantes devem adoptar os valores públicos e privados da sociedade de acolhimento. Por sua vez, a ideologia etnista define quem pode e quem não pode ser cidadão de um Estado em termos étnicos, pressupondo que ao Estado subjaz uma nação e que esta tem na sua origem um grupo étnico ancestral, a que se pertence por nascimento ou parentesco. Os imigrantes que estão fora deste parentesco, ainda que naturalizados, nunca poderão ser cidadãos de pleno direito do Estado que os acolheu e, por isso, nunca poderão integrar verdadeiramente os valores públicos da sociedade de acolhimento. Eles são diferentes por natureza.

Se as nossas hipóteses tiverem acuidade, então assistiremos hoje a um reforço do etnismo. Ora, as políticas de relação cultural que melhor correspondem a esta ideologia são a separação e a exclusão: no plano social, através da guetização na habitação e nas actividades económicas que são reservadas aos imigrantes; e no plano simbólico, através de estratégias sociais que impedem a relação com a cultura da sociedade de acolhimento.

<sup>10</sup> Utilizamos aqui os conceitos propostos por R. Bourish e colaboradores (Bourish, R., Moise, L., Perreault, S. e Senecal, S. (1997). *Towards and interactive acculturation model: a social psychological approach*. *International Journal of Psychology*, 32, 369-386.

António Sobrinho

Muito obrigado Professor Jorge Vala. Para culminar esta série de quatro interessantes intervenções, a próxima também o será, estou certo, temos Fernando Luis Machado, sociólogo, Professor no ISCTE, que tem produzido diversos trabalhos científicos realizados no domínio da imigração. Recentemente, publicou a sua tese de doutoramento intitulada "Contrastes e continuidades, migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal".